

Alianzas Electorales en el Brasil

GLAUCIO ARY DILLON SOARES

INTRODUÇÃO:

A CRESCENTE IMPORTÂNCIA DAS ALIANÇAS E COLIGAÇÕES ELEITORAIS¹

Virtualmente inexistentes em 1945 no nível federal, os votos dados às alianças e coligações eleitorais cresceram continuamente, tanto em cifras absolutas como em cifras relativas, até às eleições de 1962, quando quase metade dos votos válidos foram dados a alianças e coligações eleitorais.

O crescimento foi rápido. Saindo de zero, em 1945, já nas eleições de 19 de janeiro de 1947, realizadas somente em alguns estados e territórios, as alianças obtinham 810.787 votos em um total de 2.351.189 votos válidos, o que corresponde a, aproximadamente, um terço de total. Não obstante, estas eleições foram excepcionais, efetuadas somente em alguns estados; conseqüentemente, os seus resultados globais não podem ser comparados com os das demais eleições.

Em 1950, um em cada cinco eleitores votou em alianças e coligações; em 1954 as alianças e coligações aumentavam seus votos para 2.494.863, quase um milhão de votos mais do que em 1950. Em 1954, elas representaram 27% dos votos válidos, ou seja, aproximadamente um em cada quatro eleitores votou em alianças ou coligações. Em 1958, as alianças e coligações aumentaram substancialmente seu total de votos, atingindo mais de quatro milhões, aproximadamente um milhão e seiscentos mil votos a mais do que em 1954. Os 35.9%, sobre o total dos votos válidos, indicam que um em cada três votos válidos foi dado às alianças e coligações. Em 1962, observase novo aumento: um milhão e setecentos mil votos a mais do que nas eleições anteriores, aproximado-se dos seis milhões de votos. Nestas eleições, o total de votos dados às alianças e

coligações praticamente alcançou o total dado diretamente aos partidos. Isto quer dizer que um em cada dois eleitores votou por uma aliança ou uma coligação eleitoral.

QUADRO I

A CRESCENTE IMPORTÂNCIA DAS ALIANÇAS E COLIGAÇÕES
ELEITORAIS NAS ELEIÇÕES PARA A CÂMARA FEDERAL, 1945-1962

<i>Ano</i>	<i>Alianças e coligações</i>	<i>Votos válidos</i>	<i>(1)/(2)</i>
1945	—	6.188.856	0.0%
1950	1.562.515	7.662.213	20.4%
1954	2.494.863	9.235.783	27.0%
1958	4.140.655	11.519.058	35.9%
1962	5.855.692	12.132.183	48.3%

Dados retirados de I - pág. 18; II - págs. 29, 30 e 43; III - págs. 105-107; IV - págs. 31 e 34; VI - pág. 38.

Estes resultados bastam para justificar um estudo mais minucioso sobre as alianças e as coligações eleitorais. Não obstante, o crescimento contínuo nas eleições federais, não foi seguido por um crescimento paralelo no plano estadual. Neste nível houve um forte crescimento das alianças e coligações, que decuplicaram votos de 1947 a 1962, mas, este crescimento não foi contínuo: as cifras relativas a 1954 e a 1958 são inferiores às cifras de 1950. Houve duas eleições nas quais o número de votos obtidos pelas alianças e coligações eleitorais representou um aumento considerável sobre as eleições anteriores: 1950 e 1962. Em 1950, as alianças e coligações receberam mais de novecentos mil votos, quase quadruplicando o total de 1947, que foi de duzentos mil votos; em 1962, as alianças e coligações receberam mais de dois milhões e duzentos mil votos, quase quadruplicando os quinhentos e oitenta mil votos obtidos nas eleições de 1958. Nas eleições de 1962 para as Assembléias Estaduais, as últimas realizadas no regime da democracia representativa, as alianças e coligações obtiveram um resultado significativo uma vez que aproximadamente um em cada seis votos válidos foi dado a uma aliança ou a uma coligação.²

A SIGNIFICAÇÃO DAS ALIANÇAS E COLIGAÇÕES
ELEITORAIS NO NÍVEL ESTADUAL

O ano de 1945 deve ser tomado com certa cautela: foram as primeiras eleições, depois de muitos anos de ditadura, e cada partido tinha pouca base factual para avaliar suas possibilidades eleitorais. Era uma tentativa, uma primeira sondagem. Posteriormente, com a experiência de uma elei-

QUADRO II

VOTOS OBTIDOS POR ALIANÇAS E COLIGAÇÕES NAS ELEIÇÕES
 PARA AS ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS ESTADUAIS E CÂMARA DOS
 VEREADORES DO DISTRITO FEDERAL (ATUALMENTE ESTADO
 DA GUANABARA), 1947-1962

<i>Ano</i>	(1) <i>Alianças e coligações</i>	(2) <i>Votantes</i>	(1)/(2)
1947	202.924 ^a	5.424.062	3,7%
1950	918.124 ^b	8.240.906	11,1%
1954	587.117 ^e	9.890.475	5,9%
1958	582.465 ^g	12.645.487	4,6%
1962	2.259.274 ⁱ	14.729.018	15,3%

FONTES: a = I, págs. 72-74; b = *idem*, pág. 72; c = II, pág. 45; d = *idem*, pág. 47; e = III, 1º volume, págs. 122-3; f = *idem*, pág. 123; g = IV, pág. 59; h = *idem*, pág. 60; i = VI, pág. 64; j = *idem*, pág. 65.

ção anterior, começaram as alianças e coligações, visando aumentar a probabilidade de eleição de candidatos de cada partido (ou, onde esta probabilidade fôsse diminuta, mas êstes votos fôssem valiosos para garantir ou ampliar a eleição de candidatos de outros partidos, visando compensações político-administrativas pelo apoio dado).

O crescimento acelerado da significação eleitoral das alianças e coligações transformou-se em tema obrigatório para os estudiosos da política brasileira que, entretanto, não formularam uma teoria que as explicasse. Boa parte dos estudos eram de cunho ensaístico, enquanto outros foram levados a cabo por pessoas com notória participação e/ou aspirações políticas. As alianças e coligações eleitorais eram, frequentemente, vistas como um indicador da falência dos partidos políticos, como prova da ausência de ideologia partidária, como atestado da *irracionalidade* do sistema político. Estes trabalhos simplesmente reforçavam uma posição apriorística comumente aceita, que afirmava serem os partidos brasileiros destituídos de fundamento ideológico e de bases sociais significativas.³ As alianças e coligações eleitorais, portanto, não se constituíram em um objeto de estudo e pesquisas; o interêsse por elas existiu na medida em que elas pareciam indicar a inadequação dos partidos políticos nacionais. As alianças foram apresentadas, sistematicamente, em associação com um certo irracionalismo político⁴ do qual eram vistas como prova. O resultado, previsível, foi que não se elaborou uma teoria explicativa das alianças e coligações eleitorais, dispensando-se as pesquisas sôbre elas. É, exatamente, visando preencher esta lacuna e apresentar as alianças e coligações como um fenômeno racional, previsível e explicável, que êste capítulo foi escrito.

AS ESTRUTURAS DE CLASE E AS ALIANÇAS E COLIGAÇÕES ELEITORAIS

A racionalidade eleitoral define as eleições como um *jôgo*, cujo objetivo fundamental é vencer as eleições e obter o poder. Entretanto, com frequência, são pequenas as chances de vencer as eleições, no sentido majoritário da palavra. Esta improbabilidade obriga uma reformulação do objetivo fundamental, que passa a ser eleger o número máximo de representantes, obtendo o maior rendimento possível dos votos com que se conta. Em alguns casos, êste rendimento não é dado por representantes eleitos: nas eleições majoritárias, os partidos pequenos, praticamente, não têm chances de vencer as eleições. Tentam, então, negociar os seus votos, recebendo em troca outras gratificações, como uma secretaria estadual, o apoio a alguns prefeitos do partido, etc.

A racionalidade eleitoral não chegou a caracterizar totalmente a política brasileira; o sistema político-eleitoral encontrava-se em um processo de *transformação*, em um devenir político orientado para as regras do *jôgo* da democracia eleitoral-representativa.

A transformação foi, basicamente, de um esquema de poder e de dominação fundado no latifúndio político, com *utilização instrumental dos partidos políticos*, para um esquema de poder e de dominação fundado na representação de interesses sócioeconômicamente variados, com a *utilização instrumental das eleições*.

No primeiro caso, tratamos com uma política oligárquica, resíduo da política dos estados, caracterizada por uma estrutura de poder e de dominação alicerçada na propriedade rural e na influência local. Esta política não apresentou variações relevantes no conteúdo ideológico, já que os interesses sócioeconômicos dos grupos que lutavam pelo poder, e se revezavam nêle, eram fundamentalmente semelhantes. O objetivo era a obtenção do poder pelo poder, e não para a preservação de uma estrutura sócioeconômica, que se considerava como garantida e cuja existência e segurança não se colocava em dúvida. A política era um *jôgo* do qual não dependiam os interesses econômicos.

O crescimento da participação eleitoral mudou fundamentalmente esta política de elite. Convém lembrar que o número de eleitores aumentou de mais de 500% de 1934 a 1945, continuando a aumentar até 1962. Este aumento foi muito maior que o da população. Estes novos eleitores foram recrutados, predominantemente, nos setôres baixos da classe média e na classe trabalhadora.

Esta ampliação na participação eleitoral mudou fundamentalmente as regras do *jôgo* político. Os interesses sócioeconômicos desta crescente massa de votantes passaram a ter que ser levados em consideração.

O caráter fragmentário da estratificação sócioeconômica da população

brasileira⁵ e o impedimento legal do voto dos analfabetos, fizeram com que nenhuma classe social particular dispusesse de um poder eleitoral absoluto, que lhe permitisse vencer eleições, através de um partido político que representasse os seus interesses, sem necessidade de recorrer a alianças e coligações.

A diminuição no poder econômico das oligarquias rurais, e o estancamento dos efetivos eleitorais que elas podiam manipular fez com que as elites rurais perdessem a hegemonia política. A partir de um momento, já não podiam impor suas decisões, seja pela força, seja pelo voto manipulado. As oligarquias se viram, então, obrigadas a entrar em alianças com outros setores para manter o poder. Paralelamente, crescia a significação numérica, política e eleitoral de grupos que colocavam em questão a legitimidade da própria situação econômica destas oligarquias, transformando o jogo político de uma diversão dos bem-nascidos em uma questão vital. Este fenômeno, pouco significativo no nível das eleições municipais rurais, onde o poder destas elites continuava quase absoluto, cresceu no nível estadual, adquirindo particular importância no nível federal.

Paralelamente, continuava a crescer um proletariado urbano, que passou a pressionar os partidos populistas no sentido da representação de seus interesses. Porém, a estrutura dependente da industrialização brasileira, feita em boa parte com tecnologia importada e intensiva quanto ao capital (e não quanto ao trabalho), limitou o crescimento numérico da classe trabalhadora industrial. O teto imposto ao crescimento dos efetivos numéricos da classe trabalhadora, implicou em que esta classe tão pouco dispusesse de efetivos eleitorais capazes de assegurar-lhe a vitória nas urnas. Sua inconstante aliada ideológica, a classe camponesa, numericamente poderosa, ou não votava, por analfabeta, ou o fazia sob a tutela dos coronéis locais. Assim, surgiu também no seio dos partidos que representavam os interesses dos trabalhadores urbanos, como o PTB, a necessidade de aliar-se para poder vencer eleições, necessidade esta que transparece claramente nas eleições presidenciais, nas quais o PTB nunca apresentou candidato próprio.⁶ Este problema foi muito agravado pela existência de vários partidos que disputavam os votos das classes populares.

A classe média urbana, juntamente com a classe "quarternária", é a que mais cresceu nos últimos trinta anos. Suas altas taxas de alfabetização e de participação política lhe asseguravam uma importância eleitoral nos estados mais urbanizados. Não obstante, nos municípios rurais, sua influência era reduzida, e, nas zonas urbanas, estas classes enfrentavam a crescente competição eleitoral das classes trabalhadoras e do setor quarter-

nário, de serviços de baixa qualificação. Consequentemente, no nível federal, que reúne todos êstes setôres, a classe média também não tinha condições de impor sua hegemonia pela via eleitoral.⁷

Finalmente, a crescente burguesia nacional não dispunha de efetivos numéricos que a tornassem eleitoralmente poderosa em um sistema no qual votavam amplos setôres da classe média e muitos trabalhadores. Como esta classe não contava com os votos dos trabalhadores, à diferença da relação fazendeiro-camponês, a hegemonia política por via eleitoral era inviável.

O resultado político desta fragmentação da estrutura de classes foi uma fragmentação paralela no nível eleitoral. Como nenhuma classe era eleitoralmente hegemônica, abriu-se a porta para as alianças eleitorais. Uma aliança entre classes poderia obter aquilo que nenhuma classe poderia conseguir individualmente: a hegemonia eleitoral. A aceitação das regras da democracia eleitoral que dominou o cenário político brasileiro de 1945 a 1964, em um sentido consideravelmente mais importante do que sugerem alguns críticos, abriu caminho para a aplicabilidade da teoria dos jogos e para a maior previsão dos resultados eleitorais a partir do conhecimento da infraestrutura sócioeconômica.

A RACIONALIDADE ELEITORAL

Vista a inserção da análise das alianças e coligações eleitorais no contexto da problemática de classes, passemos a focar o problema a partir do mecanismo das decisões. A afirmação de que os partidos se aliam eleitoralmente *para* obter representação política e *para* ganhar eleições majoritárias repousa sobre um princípio básico, o da racionalidade eleitoral. Esta racionalidade eleitoral pode ser vista como um caso de aplicação particular da teoria dos jogos. Sublinho que esta afirmação *não* supõe a racionalidade das massas e das classes. A decisão de aliar-se ou não, não é o resultado de um referendun aberto a eleitores e simpatizantes: é uma decisão de cúpula.⁸ Este suposto não é novo, sendo básico para a teoria bolchevique (como diferente de menschevique) da racionalidades dos interesses e de orientação das ações da classe trabalhadora,⁹ estando presente em Marx, mas somente encontrando uma formulação clara e inambígua em Lênin.¹⁰

Esta racionalidade eleitoral, evidentemente, supõe informações sobre a força eleitoral do partido e estimativas do resultado das eleições. É *a partir* destas informações que se aplica a teoria dos jogos e informações. Estimativas erradas são o ponto de partida para decisões erradas. Se, numa eleição majoritária, um candidato crê que poderá vencer sozinho,

sem auxílio de outras forças eleitorais, seu comportamento mais provável é o de prescindir de alianças eleitorais, uma vez que estas alianças implicam em que, depois de eleito, deverá ceder uma parte do poder, usualmente na forma de cargos públicos, como uma secretaria de estado ou um ministério. Se seus cálculos estiverem errados, evidentemente, poderá perder as eleições, resultado êste que dependerá também do comportamento dos demais candidatos. A teoria dos jogos, e o princípio da racionalidade eleitoral, portanto, não são responsáveis por erros na informação.

A SITUAÇÃO MAJORITÁRIA

Esta discussão anuncia um princípio da racionalidade eleitoral: onde o candidato ou partido acreditar, sem margem para dúvidas, que vencerá as eleições somente com os seus votos, êle não entrará em aliança com outras forças eleitorais, já que nada tem a ganhar (as eleições já estão ganhas sem os votos adicionais decorrentes da aliança) e tem a perder a parcela de poder que se comprometer a entregar ao outro partido como contrapartida pelo seu apoio eleitoral.¹¹ Diga-se, de passagem, que o cumprimento dêste compromisso, via de regra, se garante através de acôrdos escritos.

Esta dedução de princípios gerais encontra apoio nos dados concretos: em 1945, o PSD recebeu 50% ou mais dos votos no Acre, Pará, Espírito Santo, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás. Em 1950, o PSD concorreu sózinho às eleições em *todos* êstes estados, mas entrou em coalisões ou alianças em nove dos quatorze estados nos quais não tinha condição majoritária. Vê-se, portanto, que a condição majoritária

QUADRO III

ALIANÇAS E COLIGAÇÕES DO PSD EM 1950, POR ESTADOS MAJORITÁRIOS E NÃO MAJORITÁRIOS EM 1945

Votação obtida em 1945

		50% ou mais	menos de 50%
1950	concorreu sózinho	Acre, Pará, Espírito Santo, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás. (7)	Ceará, Pernambuco, Alagoas, Piauí, Sergipe, Guanabara, Estado do Rio. São Paulo, Paraná, Mato Grosso. (9)
	entrou em alianças ou coligações		Amazonas, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Bahia. (5)

ritária funcionou, neste caso específico, como condição suficiente, ainda que não necessária, para que o partido competisse sózinho nas eleições federais seguintes. A partir destas eleições tornaram-se escassos os casos em que um partido conseguia maioria em um estado, tornando a análise pouco frutífera.

Não obstante, permanece válida a conclusão: onde a informação garantir ao partido a condição majoritária êle não entrará em alianças e coligações. Caso esta condição não se cumpra, êle poderá ou não entrar em alianças, dependendo de outros fatores, inclusive dos seus objetivos. Se o objetivo não fôr a hegemonia eleitoral, cresce a importância dos objetivos subsidiários: aumentar a representação e, no limite, obter representação.

ALIANÇAS ELEITORAIS E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

As alianças, frequentemente, aumentam a probabilidade de *representação*¹² de um ou mais partidos pequenos. Exemplo: nas eleições de 1954 para a Câmara Federal no estado do Rio de Janeiro, o PL obteve 20.854 votos e o PDC 13.162. Nenhum dos dois obteve representação, uma vez que o quociente eleitoral era de 32.313.¹³ Supondo que uma aliança eleitoral resultasse simplesmente na soma dos votos dados a cada um dos dois partidos, o total dado à aliança ultrapassaria o quociente eleitoral e um dos dois partidos elegeria um candidato.¹⁴ Note-se que êste tipo de benefício tem sido percebido pelos dirigentes políticos, sendo bastante frequentes as alianças e coligações eleitorais *entre* partidos pequenos. Este é o caso ideal para as alianças e coligações, uma vez que, do ponto de vista da contabilidade eleitoral direta, nenhum dos partidos teria a perder entrando na aliança, mas poderia ganhar com ela. É como jogar de graça.

A INFLUÊNCIA DAS SOBRAS NAS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS NO AUMENTO DA REPRESENTAÇÃO

Tomando como base o princípio de maximização dos benefícios eleitorais, há uma peculiaridade do sistema eleitoral que prevaleceu de 1945 até 1964 que induzia, genêricamente, os partidos às alianças e coligações: o regime de utilização das “sobras” eleitorais. Divididos os votos obtidos por um partido pelo quociente eleitoral, apura-se o número de deputados eleitos pelo partido, ou o seu quociente partidário. Exceção feita nos casos raríssimos em que a votação obtida é um múltiplo sem decimais do quociente eleitoral, sempre há um resto, uma sobra. O so-

matório das sobras dos diversos partidos equivalem a um, dois, três e, às vezes, mais deputados. Estas sobras são, também, garantidas pelo fato de que os votos em branco são computados para efeitos do quociente eleitoral. Quem leva estas sobras? Quem ganha êstes deputados adicionais? A resposta é simples: entre aqueles partidos (ou alianças) cuja votação foi maior do que o quociente eleitoral (e que, conseqüentemente, elegeram *pelo menos* um deputado),¹⁵ o que tiver maiores sobras leva o primeiro deputado, o que tiver as sobras maiores entre os restantes leva o segundo, etc.¹⁶

Evidentemente, uma aliança de dois ou mais partidos tem maior probabilidade de obter um deputado adicional, do que qualquer dos partidos que a compõem isoladamente. Em verdade, em muitos casos, haverá um ou mais deputados adicionais, sem recurso à divisão das sobras, já que o somatório das sobras de cada partido que participa da aliança ou da coligação pode ser superior ao quociente eleitoral, garantindo, conseqüentemente, um deputado adicional para um dos partidos. Quando são muitos os partidos coligados, é possível obter mais de um deputado adicional pela soma das sobras.

A INFLUÊNCIA DA DISTRIBUIÇÃO DOS VOTOS ENTRE OS CANDIDATOS

Não obstante, a entrada de um partido em alianças eleitorais, do ponto de vista de racionalidade eleitoral, parte não somente das possibilidades eleitorais de cada partido, mas também da *distribuição* dos votos pelos candidatos de cada aliança ou coligação: uma aliança pode prejudicar um partido em favor de outro. Nas eleições de 1954 para a Assembléia Legislativa do estado do Rio de Janeiro, o PDC elegeu 3 candidatos, um deles através das sobras. Suponhamos que o PDC tivesse entrado em aliança com um outro partido X, com votação insuficiente para eleger um candidato cujos votos estivessem mal distribuídos, concentrando-se em um certo candidato Y, cuja votação individual fôsse superior à dos candidatos pedecistas eleitos. Somando os votos dêste partido e do PDC verifica-se que a aliança teria eleito, igualmente, 3 candidatos, *mas não os mesmos* Y, o candidato mais votado do partido X, seria eleito em lugar do terceiro mais votado do PDC.¹⁷

O mesmo pode acontecer com partidos com forte votação: um partido, eleitoralmente forte, com votação equitativamente distribuída entre seus candidatos, pode contribuir com suas legendas para eleger os candidatos do partido aliado, eleitoralmente débil, mas com maior concentração de votos:

<i>Exemplo</i>	<i>Partido A</i>	<i>Partido B</i>
Candidato 1	3.127	8.729
Candidato 2	3.098	5.177
Candidato 3	3.001	3.325
Candidato 4	2.888	295
Etc.		
Total	62.228	29.712
Quociente eleitoral hipotético: 30.000.		

No exemplo acima, o partido A foi prejudicado pela aliança com o partido B: caso o partido A se tivesse apresentado sózinho, teria eleito dois candidatos, candidatando-se a um terceiro através das sobras, enquanto o partido B não teria eleito nenhum. Entretanto, devido à distribuição desigual entre os candidatos do partido B, o partido A não elegeria (no máximo, poderia eleger um, se houvesse sobras), ainda que a aliança elegesse 3 candidatos (ou 4, se fôsse beneficiada pelas sobras).

Embora, frequentemente, as direções partidárias vejam nas alianças uma oportunidade de ganhar mais uma cadeira, muitas alianças beneficiam um partido às custas de outro.

A racionalidade eleitoral pressupõe conhecimento da *distribuição interna* da votação entre os candidatos dos partidos em questão, sendo que, em princípio, o pior aliado é o que adicione poucos votos muito concentrados em poucos candidatos.

Portanto, para o partido em condições de *certeza* de eleger sózinho um ou mais candidatos, a racionalidade eleitoral da entrada ou não em alianças e coligações é muito diferente: há *riscos* e *benefícios* difíceis de estimar.

O problema fundamental para a aplicação da teoria dos jogos deriva do fato de que o conhecimento que os que tomam decisões têm sobre a força eleitoral dos partidos, sua distribuição pelos candidatos, etc., é evidentemente, incompleto, forçando-os a utilizar estimativas.¹⁸ Os métodos e as informações utilizadas nestas estimativas passam, então, a ser de capital importância na análise das alianças e coligações eleitorais. É útil sublinhar que este problema é grande no caso das alianças e coligações eleitorais, e quase inexistente no caso das alianças políticas pós-eleitorais, quando a distribuição de forças é conhecida. Aí, é maior a aplicabilidade da análise de tipo custo-benefício.

A CONDIÇÃO MINORITÁRIA

Utilizarei um exemplo extremo da racionalidade eleitoral, o partido

pequeno, sem qualquer possibilidade de triunfo numa eleição majoritária. Para êste partido, concorrer sózinho é perder na certa. Aliar-se com um perdedor, cujos votos somados ao do partido em pauta sejam claramente insuficientes para ganhar as eleições é, igualmente, perder. Dar seus votos a um provável vencedor que não lhe dá nada em troca, tão pouco implica em ganho. A solução, então, será uma combinação ótima entre probabilidade de êxito e lucro político, em caso de vitória. Sublinho que estas decisões não se toman em abstrato, em um vácuo existencial, mas em situações concretas, nas quais diferentes partidos e candidatos oferecem diferentes vantagens pelos votos controlados pelo partido em questão, possuindo, igualmente, diferentes probabilidades *estimadas* de vitória nas eleições. Claro está, que um trabalho genérico como êste não pode levar em consideração tôdas estas informações necessárias para uma previsão mais exata, limitando-se a assinalar linhas prováveis de comportamento, a partir de princípios tão genéricos quanto abstratos que perdem, em cada caso, os benefícios de seu conhecimento concreto.

Raciocínio semelhante aplica-se ao caso do partido que, em eleições proporcionais considere ser impossível eleger um representante. Uma vez mais, concorrer sózinho é perder na certa. Entrar em aliança com outro partido implica, sòmente, na existência da possibilidade de eleger um ou mais representantes. Torna-se, pois, evidente a racionalidade das alianças. Mas, aliança com quem? Com outro partido pequeno? Sim, mas sòmente no caso em que se considere que a adição dos votos dêste segundo partido pequeno eleve o total de maneira a superar o quociente eleitoral. Aliar-se com um partido grande? Por que não? Mas *qual* dêles? O melhor, evidentemente, é o que apresente maior equidistribuição entre seus candidatos e maiores perspectivas de sobras.

O partido pequeno, sem perspectiva de representação, é o caso limite da racionalidade da aliança eleitoral. Nada tem a perder, só tem a ganhar.

A RACIONALIDADE ELEITORAL E A EFICIENCIA DAS ALIANÇAS E COLIGAÇÕES

Afirmar que as alianças e coligações eleitorais são regidas por leis de racionalidade eleitoral que maximizam a probabilidade de obter representação, em uns casos, de aumentar esta representação, em outros, e de obter contrôle, em terceiros, não dispensa a apresentação de dados concretos que verifiquem, no plano empírico, a correção desta afirmação.

É necessário *demonstrar* que as alianças e coligações eleitorais são *eficientes* e que, realmente, aumentan estas probabilidades. Comparemos, pois, a votação obtida pelas alianças e coligações eleitorais com a sua representação:

As alianças e coligações eleitorais funcionaram como um instrumento

QUADRO IV

PERCENTAGEM DOS VOTOS RECEBIDOS PELAS
ALIANÇAS E COLIGAÇÕES ELEITORAIS

Ano	Câmara Federal		Assembléias Estaduais	
	% Dos votos	% Dos eleitos	% Dos votos	% Dos eleitos
1950	20%	25%	11%	13%
1954-5	27%	34%	06%	10%
1958	36%	41%	05%	10%
1962	48%	47%	15%	19%

de maximização do lucro político-eleitoral tanto nas eleições para a Câmara Federal quanto nas eleições para as Assembléias Estaduais. Sistemáticamente, as alianças e coligações receberam uma percentagem maior sobre o total de eleitos do que sobre o total de votos válidos.¹⁹

Houve, pois, uma utilização racional e eficiente das alianças e coligações eleitorais que aumentou a rentabilidade eleitoral dos partidos que participaram delas. Em 1962, por exemplo, houve 4% a mais de eleitos para as Assembléias Estaduais do que seria de esperar se as alianças e coligações eleitorais tivessem probabilidades iguais aos partidos isolados e não representassem uma forma superior de racionalidade eleitoral. Estes 4% representaram nada menos do que 42 deputados estaduais! Em 1954-55, nas eleições para a Câmara Federal, encontramos uma diferença de 7%, em 326 deputados federais, ou, aproximadamente 22 deputados. É esta a medida da racionalidade das alianças e coligações eleitorais. Assim sendo, o crescimento das alianças e coligações eleitorais significou uma crescente racionalização do sistema político-partidário, em bases eleitorais, ao contrário do que afirmavam tantos comentaristas da política brasileira.

O NÚMERO DE CANDIDATOS ELEITOS

O número de candidatos eleitos em uma eleição qualquer é de importância capital para a formação de alianças e coligações. Supondo que o número de votos controlados por um partido seja constante, as eleições nas quais se elegem muitos candidatos diferem das eleições nas quais se elegem poucos (ou um) candidato, no seguinte:

1) se o número de votantes fôr aproximadamente igual, o quociente eleitoral será diferente. Assim, onde fôr eleito maior número de pessoas, o quociente partidário será menor e haverá maior probabilidade de obter *representação* problema que interessa de perto aos partidos pequenos. Na medida em que baixa o quociente eleitoral, diminui o número de partidos "que nada têm a perder" entrando em alianças. No interior de cada

partido, aumenta o número de candidatos com alta probabilidade de eleição e também o número de candidatos que consideram “segura” sua eleição. As alianças podem colocar em perigo sua eleição. Estes candidatos tenderão a influenciar as decisões partidárias no sentido de *não* ingressar em alianças eleitorais.

Assim, tanto o sistema eleitoral —proporcional ou majoritário— quanto ao nível eleitoral —federal ou estadual— devem influenciar a probabilidade de que os partidos se coliguem, outras coisas sendo constantes.

O NÚMERO DE CANDIDATOS ELEITOS: ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS E ELEIÇÕES PROPORCIONAIS

Nas eleições majoritárias, somente o partido, ou aliança, com maior número de votos “ganha” a eleição e elege alguém. Os demais não recebem qualquer benefício. Esta é uma situação totalmente diferente das eleições proporcionais.

Nas eleições proporcionais é maior o número de participantes (partidos) que recebem algum tipo de benefício eleitoral. Nas eleições majoritárias, é maior o número de partidos que, se concorrerem sósinhos, não obterão qualquer tipo de benefício *eleitoral* (há outros tipos de benefícios, como a formação da opinião pública, a institucionalização do partido, etc.). Consequentemente, há mais partidos predispostos a formar alianças e coligações nas eleições majoritárias. Nos estados em que nenhum dos partidos tiver condição majoritária (mais de 50% dos votos), o esquema se aproxima da situação clássica em que há vários jogadores em um jogo de tipo *zero sum*. Nestes casos, a formação de alianças é altamente provável.

Assim sendo, nas eleições majoritárias, a importância relativa das alianças e coligações deverá ser maior do que nas eleições proporcionais.

No nível estadual, as eleições para governador, majoritárias, são mais propícias à formação de alianças e coligações do que as eleições proporcionais para a assembléia estadual. Em 1962, havia no Brasil 22 governadores eleitos, em comparação com 1.072 deputados estaduais. As diferenças no nível estadual, portanto, devem ser grandes.

No nível federal, as eleições para presidente e para senadores, (majoritárias), deveriam estimular mais a formação de alianças e coligações eleitorais do que as eleições para deputados federais (proporcionais). Em 1962, havia 66 senadores no país e 409 deputados federais.²⁰

Em três eleições diferentes,²¹ a percentagem de deputados federais eleitos por alianças e coligações eleitorais foi maior do que a de senadores, sendo que em 1954-55 a diferença foi considerável. Não obstante, houve uma tendência ao crescimento das alianças no nível dos deputados fede-

QUADRO V

PERCENTAGEM DE DEPUTADOS E DE SENADORES FEDERAIS ELEITOS
POR ALIANÇAS E COLIGAÇÕES, 1950-1962

	<i>A n o s</i>		
	<i>1954/5</i>	<i>1958</i>	<i>1962</i>
Deputados	34%	41%	47%
Senadores	64%	45%	53%

FONTES: III-A, pág. 99; III-B, págs. 7-47; IV, págs. 29-30 e 6-98; e VI, págs. 24-25 e 30.

rais que não foi observada no nível dos senadores. O resultado é que, em 1954-55, aproximadamente dois têrços dos senadores se elegeram através de alianças e coligações, em contraste com um têrço dos deputados federais; em 1962 aproximadamente a metade de tanto senadores quanto deputados se elegeram através de alianças e coligações. A forte diferença observada em 54-55, de trinta pontos percentuais, baixou a seis em 1962.

A INFLUÊNCIA DAS ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS E DAS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS
SÔBRE AS ALIANÇAS E COLIGAÇÕES ELEITORAIS: NÍVEL ESTADUAL

Os governadores são eleitos através do voto majoritário, enquanto os deputados estaduais são eleitos através do voto proporcional. A esta diferença, agrega-se outra, a do número: enquanto o governador é singular, um por estado, o número de deputados estaduais é muito grande, tendo variado em 1962, de um mínimo de 15 no Acre a um máximo de 115 em São Paulo.

Nas eleições para deputado estadual há alguns pontos da racionalidade eleitoral que sugerem a formação de alianças e coligações:

- 1) a distribuição das sobras;
- 2) a necessidade de representação. (no caso dos partidos muito pequenos, ameaçados de não conseguirem representação), etc.

Não obstante, nas eleições para o govêrno estadual ,sòmente um ganha, Aparecem aqui, com tôda a sua fôrça, tanto a teoria dos jogos quanto a análise de custo-benefício: os partidos pequenos tentam "vender" seus votos aos candidatos dos partidos com real possibilidade de vencer as eleições, pelo maior preço possível (uma Secretaria, o apoio a candidatos a prefeito em 4 ou 5 municípios, etc.), enquanto o candidato a governador e o partido ou partidos que já o apoiam analisam as vantagens ofereci-

das e o preço pedido. Os partidos pequenos que não conseguem vender os seus votos a um candidato com possibilidade de vitória, ficam inteiramente aliados de qualquer benefício direto derivado das eleições.

QUADRO VI

INFLUÊNCIA DAS ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS: PERCENTAGEM
DE GOVERNADORES E DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS
POR ALIANÇAS E COLIGAÇÕES, 1950-1962

	<i>A n o s</i>			
	1950	1954/5	1958	1962
Deputados estaduais	13%	10%*	10%	19%
Governadores	70%	79%	64%	83%

* Dados referentes a 20 estados.

FONTES: II, págs. 20, 46, 49-154; III-A, págs. 116-117-21; IV, págs. 29, 30 e 53-54; e VI, págs. 58 e 61.

Em 1947, aproximadamente 11% dos deputados estaduais foram eleitos através de alianças eleitorais, em contraste com nada menos de 70% dos governadores estaduais. Em 1954/5, baixa a percentagem relativa aos deputados estaduais a 10%, subindo a dos governadores estaduais para 79%. Em 1958, uma minoria dos deputados estaduais continua se elegendo através de alianças eleitorais (10%), em contraste com mais de 2/3 dos governadores estaduais. Em 1962, um entre cada cinco deputados estaduais foi eleito por aliança, em contraste com quatro entre cada cinco governadores estaduais. As diferenças no plano estadual são claras e sistemáticas: uma percentagem muito maior dos governadores se elegeu através de alianças ou coligações do que dos deputados estaduais. Estas diferenças foram sistemáticas, podendo ser observadas em 1950, 1954, 1955, 1958 e 1962, permitindo portanto, uma generalização segura.

Em tôdas as eleições, a percentagem de deputados estaduais eleitos através de alianças e coligações eleitorais situou-se entre 10 e 20%, enquanto a percentagem de governadores estaduais eleitos através de alianças e coligações eleitorais situou-se acima de 60% (entre 64% e 83%).

Assim, é evidente que as eleições majoritárias aumentam a propensão à formação de alianças e coligações eleitorais, tanto no nível estadual quanto no nível federal.

O NÚMERO DE CANDIDATOS ELEITOS: ELEIÇÕES FEDERAIS
E ELEIÇÕES ESTADUAIS

Em todos os estados, o número de deputados estaduais é considerável-

mente maior do que o número de deputados *federais eleitos pelo mesmo estado*. Consequentemente, o quociente eleitoral é muito menor nas eleições para a Assambléia Estadual do que para a Câmara Federal. Isto significa que, em qualquer dos estados, há maior probabilidade de que os partidos menores obtenham, sózinhos, representação na Assambléia Legislativa do que na Câmara Federal.

O simples fato de estar representado através de um deputado é de suma importância para o partido, já que há uma série de benefícios para o partido que independem, ou dependem pouco, dos deputados adicionais que o partido consiga. Neste sentido, a escala que mede a função de utilidade do número de deputados para um partido *não* é igual ao número de deputados. A utilidade do primeiro deputado é maior do que a acrescentada pelo segundo. Em outras palavras, em termos de utilidade, o intervalo que vai de nenhum (zero) deputado a um é maior do que o que vai de um a dois. Consequentemente, há mais pressão para obter representação do que para obter um segundo ou um terceiro deputado. Nas eleições federais há maior número de partidos cuja representação não está assegurada. Segue-se a conclusão de que as alianças devem ser mais numerosas e importantes nas eleições federais do que nas estaduais. Estas diferenças deveriam ser claras no caso dos pequenos partidos.

Um segundo ponto estratégico é o que concede maioria (e, consequentemente, contrôlê) ao partido, representado pela fórmula $1 + \frac{n}{2}$, onde

n é o número total de deputados. Dada a maior dispersão eleitoral das eleições estaduais, há menos oportunidade para que um partido seja majoritário do que nas eleições federais. Consequentemente, o jôgo eleitoral é diferente; maior número de parceiros em condições de incerteza, ou seja, maior probabilidade de formação de alianças.

É necessário não esquecer que decisões tomadas por partidos, são, de fato, decisões tomadas por indivíduos dentro no partido. No caso das eleições para as Assambléias Estaduais, há um número maior de indivíduos que têm sua eleição garantida, em comparação com as eleições para a representação estadual na Câmara Federal. Consequentemente, é lícito esperar menor pressão no sentido de maximizar os ganhos eleitorais *do partido* através de alianças e coligações no nível estadual do que no nível federal, nas eleições proporcionais.

Assim, é de esperar maior percentagem de deputados federais eleitos através de alianças e coligações eleitorais do que de deputados estaduais e também maior percentagem de governadores estaduais eleitos da mesma maneira do que de senadores.

Efetivamente, em tôdas as eleições consideradas, a percentagem de deputados federais eleitos através de alianças e coligações foi claramente superior do que a referente aos deputados estaduais: em 1954/5, enquanto um entre cada três deputados federais se elegia através de alianças e coligações, sòmente um entre cada dez deputados estaduais se elegia através de alianças e coligações; em 1958 aumentavam as diferenças: quatro em dez, em comparação com um em dez; em 1962, enquanto a metade dos deputados federais se elegia através de alianças e coligações, dois em cada cinco deputados estaduais se elegiam do mesmo modo. As diferenças, portanto, foram sistemáticas e substanciais.

No que tange os senadores e os governadores, as diferenças são de menor magnitude, mas na direção prevista: em 1954/5, 64% dos senadores foram eleitos através de alianças e coligações, em comparação com 79% dos governadores; em 1958, as percentagens correspondentes foram 45% e 64%; finalmente, em 1962, houve um incremento substancial das diferenças, que atingiram 30 pontos percentuais, de 83% entre os governadores para 53% entre os senadores.

Confirma-se, pois, em tôda a linha, a influência do número de eleitos sòbre a probabilidade de que se alejam através de alianças e coligações interpartidárias.

A INFLUÊNCIA DO TAMANHO DOS PARTIDOS

Nas seções anteriores apresentei uma série de razões que levariam os partidos pequenos a coalizar-se mais do que os grandes.

1) a possibilidade de que o partido não obtenha representação, se não se coligar, por não conseguir votos suficientes para atingir o coeficiente eleitoral.

2) a distribuição das sobras eleitorais só beneficiava aqueles partidos (ou alianças e coligações) que houvessem eleito pelo menos um deputado. Havia, então, um incentivo adicional para aliar-se e coligar-se.

3) um partido pequeno não pode almejar a controlar a Câmara ou uma Assembléia. Consequentemente, não se aplica aos partidos pequenos um grande empecilho à formação de alianças e coligações: a possibilidade de conseguir o contròle da Câmara em questão contando sòmente com os votos do partido.

Seria, portanto, de esperar que os partidos pequenos se còaliguem mais do que os maiores.

Nas quatro eleições federais de 1950 a 1962, os partidos pequenos apresentaram mais alta percentagem de deputados federais eleitos por alianças e coligações do que os partidos grandes. Esta diferença persistiu du-

QUADRO VII

A INFLUENCIA DO TAMANHO DOS PARTIDOS: PERCENTAGEM DOS DEPUTADOS FEDERAIS QUE FORAM ELEITOS ATRAVÉS DE ALIANÇAS E COLIGAÇÕES, POR PARTIDOS GRANDES E PEQUENOS, 1950-1962

Partidos	A n o s			
	1950	1954 ^a	1958	1962
Grandes ^b	24%(268)*	30%(276)	40%(276)	59%(346)
Pequenos ^c	36%(36)	52%(44)	48%(50)	79%(63)

* Totais sôbre os quais as percentagens foram computadas.

^a Exclusive 6 deputados sem partido.

^b Inclui PSD, UDN, PTB e PSP.

^c Inclui os demais partidos que concorreram às eleições.

Dados de II, págs. 30 e 37; III-A, pág. 99; IV, págs. 29-30; e VI, págs. 30-31.

rante todo o período analisado, ainda que os níveis *absolutos* e eleições através de alianças e coligações tivessem um incremento considerável, no decorrer do período, tanto entre os partidos grandes quanto entre os partidos pequenos. Em 1950, as diferenças foram de 36% para 24%; em 1954 de 52% para 30%; em 1958 diminuíram, as percentagens sendo de 48% e 40%, respectivamente, e em 1962, foram de 79% a 59%. Em 1962, quatro entre cada cinco deputados federais dos partidos pequenos foram eleitos através de alianças e coligações.

O tamanho dos partidos influencia tanto a coesão ideológica quanto a necessidade de aliar-se a fim de conseguir representação política. No primeiro caso, o efeito sôbre a propensão a aliar-se é negativo: a coesão ideológica diminui como o crescimento do partido, em função de maior heterogeneidade sócioeconômica das suas bases e, conseqüentemente, de interesses, que o partido representa. Os partidos grandes, portanto, têm necessidade de adotar ideologias mais flexíveis e mais amplas para cobrir tôda a extensão dêstes interesses. No segundo caso, o efeito é positivo: quanto menor o partido, menor a probabilidade de conseguir representação de maneira independente e, conseqüentemente, maior a necessidade de aliar-se. O fato de que, no cômputo final, os partidos pequenos aliaram-se mais do que os grandes sugere que a racionalidade eleitoral foi um fator de maior peso do que a resistência ideológica.

A INFLUÊNCIA CONJUNTA DO TAMANHO DOS PARTIDOS
E DO NÍVEL ELEITORAL

A análise conjunta da influência do tamanho dos partidos e do nível eleitoral sôbre a propensão dos partidos a formar alianças eleitorais revela o seu caráter cumulativo.

A INFLUÊNCIA DO TAMANHO DOS PARTIDOS E DO NÍVEL ELEITORAL SOBRE AS ALIANÇAS E COLIGAÇÕES ELEITORAIS (1950-1962)

% de estados onde os partidos entraram em alianças e coligações sobre o total de estados e territórios em que apresentaram candidatos

Nível eleitoral	1950			1954			1958			1962		
	Federal	Estadual	Federal	Estadual	Federal	Estadual	Federal	Estadual	Federal	Estadual	Federal	Estadual
Tamanho dos partidos												
Pequenos	44.2%(95)*	17.9%(117)	48.7%(76)	15.2%(112)	68.8%(77)	22.2%(108)	74.0%(73)	31.8%(110)				
Grandes ^a	31.9%(69)	17.7%(62)	41.2%(68)	11.1%(63)	43.7%(71)	12.9%(62)	31.5%(66)	16.7%(66)				

* Totais sobre os quais as percentagens foram computadas. Se refere ao somatório dos estados em que cada partido participou das eleições.

^a Partidos grandes: PSD, UDN e PTB. Os pequenos incluem todos os demais partidos.

Considerando desta vez, como os três maiores partidos, o PSD, UDN e PTB,²² e tomando como unidade cada partido que concorreu às eleições em cada estado,²³ nas quatro eleições analisadas (1950, 1954, 1958 e 1962), observa-se que tanto o nível eleitoral quanto o tamanho dos partidos foram fatores importantes na explicação da variação das alianças.

As diferenças entre partidos grandes e pequenos foram sistemáticas: nos dois níveis eleitorais os pequenos entraram mais em alianças do que os grandes. As *diferenças* entre os dois grupos de partidos, porém, foi sempre maior no nível federal do que no nível estadual. Não obstante, houve um crescimento acelerado destas diferenças tanto no nível estadual: 0.2% em 1950; 4.1% em 1954; 9.3% em 1958 e 15.1% em 1962, quanto no nível federal (12.3% em 1950, baixando para 7.5% em 1954, para logo recuperar-se em 1958, atingindo 25.1%, mantendo-se elevada em 1962, com 22.5%).

A maior significação das diferenças entre os partidos grandes e pequenos no nível federal deve-se a que nas eleições estaduais há um maior número de partidos pequenos que podem eleger, pelo menos, um candidato e conseguir representação com seus próprios votos.

Analisando as relações entre o nível eleitoral e a propensão à entrada em alianças e coligações, nota-se que o nível eleitoral é de fundamental importância e que sua influência sobre as alianças atinge grandes e pequenos. Em verdade, sua influência é relativamente constante: nas quatro eleições encontramos uma diferença de, aproximadamente, trinta pontos percentuais entre os dois níveis, tanto quando analisamos os partidos grandes quanto quando analisamos os partidos pequenos. Em todos os casos, há maior propensão a entrar em alianças no nível federal do que no estadual.

É interessante sublinhar que os partidos pequenos apresentaram mais candidatos nas eleições estaduais (onde é maior o número de eleitos) do que nas federais. A não apresentação de candidatos nas eleições federais pode ter diferentes interpretações:

- a) o partido não dispunha de condições de atingir o quociente eleitoral e simplesmente, desistiu de concorrer às eleições;
- b) um ou dois candidatos do partido concorreram sob a legenda de outro partido;
- c) o partido não apresentou candidato na eleição federal, apoiando os candidatos do partido do governo, em troca de apoio a um prefeito, ou de uma subsecretaria; ou seja, trocou votos por benefícios de outra ordem;
- d) o partido apoiou os candidatos de outro partido, em troca de votos para um candidato do partido nas eleições locais ou estaduais.

Em qualquer hipótese, nota-se o realismo das direções partidárias. Nas

eleições federais de 1962, em três entre cada quatro casos, os partidos pequenos entraram em alianças, sendo que para cada três que concorreram às eleições estaduais, em aliança ou não somente dois concorreram às eleições federais.

ALIANÇAS E COLIGAÇÕES NO NÍVEL MUNICIPAL

O ano de 1945 apresentou aos partidos populistas que recém se formavam, uma realidade política adversa. Se, por um lado, é verdade que também os partidos tradicionais não se encontravam integrados nacionalmente, estes partidos se encontravam organizados numa base estadual e municipal, contando com uma infraestrutura sócioeconômica local que os favorecia. Não se apresentava para os partidos conservadores o problema da criação de uma dominação sócioeconômica infraestrutural, que é fundamental, nem lhes faltava a experiência organizativa e manipulativa na política, uma vez que muitos de seus líderes tinham participado ativamente da política na República Velha e também durante a ditadura Vargas. A formação dos partidos políticos conservadores a nível nacional era, pois, um problema de articulação política, entre os interesses locais, representados no nível estadual, e entre os interesses estaduais propriamente ditos.

No caso do PTB e dos pequenos partidos, apresentou-se o problema da criação de uma infraestrutura básica. Confrontava-se, então, o recém-criado PTB com a dura realidade: na maioria absoluta dos municípios rurais brasileiros, a política tinha um fundamento sólido na propriedade da terra, e era conduzida exclusivamente por uma oligarquia rural. Os municípios constituíam-se em mercados políticos autônomos, situação na qual grande parte da comunicação social e política que atingia a maioria absoluta da população emanava de fontes exclusivamente locais. Esta maioria não tinha contato direto com o exterior; pouca ou nenhuma comunicação ultrapassava os limites estreitos do município. O contato com o exterior era feito através da oligarquia.

Este mercado político local não se encontrava, portanto, integrado no mercado político nacional, encontrando-se totalmente fora de sua zona de influência. Os líderes políticos nacionais, as idéias e ideologias políticas nacionais e de classe, que poderiam unificar populações com a mesma situação de classe em municípios diferentes, transformando-as de classe em si em classe para si, não atingiam essas populações. Os partidos políticos com uma ideologia de classe, viam, assim, fora de sua esfera de influência política, grandes contingentes populacionais que, por sua situação objetiva de classe, estavam exatamente entre os que teriam maior probabilidade de apoiá-los.

Qual a estratégia a ser seguida, a curto e médio prazo, pelos partidos populistas desejosos de “abrir” êstes mercados políticos estanques? Como enfrentar a dominação absoluta dos coronéis e das famílias tradicionais?

Enfrentar a oligarquia local em um confronto político direto acarretava a certeza da derrota. Esta estratégia, evidentemente, *não* foi seguida pelo PTB, nem pelos pequenos partidos. Dados referentes ao estado de Minas Gerais demonstram, nos municípios e distritos eleitorais nos quais houve competição entre dois partidos, que esta confrontação era sistematicamente entre dois partidos tradicionais, em geral o PSD e a UDN, e às vêzes o PR, representando as facções oligárquicas dominantes. Raramente, o PTB aventurou-se a um confronto direto com um partido conservador, representante da oligarquia.

Isto, evidentemente, não significa que os partidos populistas estivessem totalmente ausentes da política local. O PTB caracterizou-se por utilizar ao máximo as dissensões no seio da oligarquia dominante, aliando-se com muita frequência. Esta tendência aparece claramente em Minas Gerais, onde, em 1947, 25% das coligações que elegeram prefeitos nos municípios mineiros eram ideologicamente mistas. Em 1950, observa-se um claro incremento percentual das coligações mistas, que elegeram 42% dos prefeitos eleitos por alianças e coligações. Em 1954 e 1958, estabilizou-se esta percentagem de 45%.²⁴ Esta estratégia rendeu alguns frutos, já que as coligações mistas elegeram 6% dos prefeitos municipais eleitos em 1947, 8% em 1950, 12% em 1954 e 16% em 1958.²⁵ Dados sobre as eleições para vereadores de 1954-55 em cinco estados (Sergipe, Alagoas, Paraíba, Goiás, Espírito Santo) demonstram que o PTB concorreu através de alianças e coligações em 22% dos casos, em contraste com 10% do PSD e 12% da UDN. Estas diferenças são opostas às encontradas nos níveis federal e estadual. A análise mais detalhada dos dados demonstra, claramente, maior tendência à formação de alianças nos casos de equilíbrio eleitoral entre dois ou mais partidos e nos casos em que o partido em questão tem peso reduzido no município. Nos casos em que houve uma confortável maioria, dificilmente o partido majoritário se coligou.

Os objetivos desta estratégia foram, portanto, em parte forçados pela total inexistência da estratégia oposta, a do confronto direto. Pretendia o PTB (e também o PSD) estabelecer pequenas cabeças de ponte em centenas destes mercados políticos estanques. Elegendo aqui e ali um ou dois vereadores e, em ocasiões muito menos frequentes, um prefeito, o PTB a competir no interior desses mercados políticos autônomos. Em alguns deles, logrou atrair alguns elementos dissidentes das oligarquias dominantes que trouxeram consigo uma quantidade razoável de poder econômico e eleitoral. Em outros, através de acordos e cambalachos polí-

ticos, dando apoio inclusive ao partido dominante, em situações em que êste apoio parecia fundamental (situações de equilíbrio entre situação e oposição), obteve certas recompensas em têrmos de apoio eleitoral em outros níveis para alguns de seus candidatos, ou de empregos públicos, sobretudo no nível municipal. Através dêstes empregos alguns adeptos eram gratificados e novos eram atraídos.

Finalmente, um objetivo fundamental desta intensa política organizacional, foi a arregimentac ao de f or as locais para as elei oes no nível estadual e federal. Obtendo para os seus candidatos   deputac ao, 20 votos em um distrito, 50 em outro, 1000 em outro, o PTB aumentava o número de candidatos eleitos nas câmaras estaduais e federal. Relativamente poucos coronéis candidataram-se pelo PTB a cargos eletivos estaduais e federais. Os votos locais serviram para reforçar exatamente aqueles candidatos com vota ao forte nas cidades, de orientaçao mais ideológica e cosmopolita. Desta maneira, o voto local, rural e tradicional, dado ao PTB, contribuia para eleger os candidatos urbanos, cosmopolitas e ideologizados.

Em muitos casos, esta estratégia foi bem sucedida. Por exemplo, em Santa Catarina, nas elei oes de 1954-55, o PTB elegeu s omente 40 dos 567 vereadores. Se acrescentarmos 6 como estimativa dos eleitos em coliga oes (foram 32 em total) chegamos a 46, ou 8%. No nível de prefeitos, a situa ao do PTB era ainda pior: elegeu 2 dos 66 prefeitos, coligando-se em 6 com o PSD, partido que lhe era claramente superior eleitoralmente. Não obstante, o PTB elegeu 13% dos deputados estaduais, que também recolheram votos nos municípios nos quais o PTB competiu como partido claramente minoritário. Em Sergipe observou-se um fen meno semelhante: o PTB recebeu 8.6% dos votos válidos nas elei oes para vereadores, 9.7% nas elei oes para deputados estaduais, e 15.8% nas elei oes para deputados federais. Parece, pois, que muitos eleitores deixavam de votar nos candidatos petebistas nas elei oes locais, preferindo dar seus votos a candidatos com maior chance, mas davam seus votos a candidatos petebistas no nível estadual e, sobretudo, no nível federal.

b) *As coliga oes mistas*

Um dos primeiros sintomas importantes da quebra da domina ao oligárquica no nível municipal foi a forma ao de coliga oes ideológicamente mistas e n o de coliga oes entre partidos conservadores que exclu iam partidos de orientaçao populista. No estado de Minas Gerais, de 25 coliga oes mistas em 1947, passamos a 30 em 1950, 50 em 1954 e 78 em 1958,

data na qual três coligações populistas obtêm suas primeiras vitórias eleitorais. Nas palavras de Ladosky:

“há um declínio acentuado e firme das coligações puras entre partidos tradicionalmente conservadores e uma tendência de infiltração nos partidos de tradição local das legendas cidadinas. O agente maior desta penetração é o PTB, cada vez mais presente no interior. Este partido que, em 1947, participava de 27 prefeituras, em 1958 o faz em 94, apresentando ainda o maior índice de crescimento do estado. Traduz isto uma libertação do eleitorado de seus dirigentes clássicos e admissão da orientação política por elementos estranhos ao meio tradicional. A renovação se dá especialmente nos municípios onde mais ativa é a revolução industrial e, conseqüentemente, maior a migração de mão de obra; é a quebra lenta mas firme da fôrça do coronel.”²⁶

“As alianças e coligações eleitorais foram utilizadas como uma forma de racionalidade eleitoral, sobretudo pelos partidos de esquerda em municípios nos quais a dominação oligárquica começava a ser quebrada. As tentativas, no nível municipal, de concorrer com o partido oligárquico foram nos estados tradicionais insignificantes, provavelmente devido às escassas possibilidades de êxito eleitoral. O PTB, em Minas Gerais, teve uma participação muito baixa na luta política no nível municipal, quando consideramos aquêles municípios em que dois partidos políticos se enfrentam, em flagrante contraste com sua grande participação nos municípios em que houve alianças e coligações eleitorais.”²⁷

Outro observador, Oracy Nogueira, analisando independentemente a situação no município de Piratininga, no estado de São Paulo, chegou a conclusões semelhantes:

“Comparando-se a fase atual com a anterior a 1930, no que toca à vida política, a mudança mais significativa que se observa consiste na passagem de uma formação monolítica, em que apenas um partido tinha existência efetiva, para uma organização pluripartidária, em que a decisão dos pleitos eleitorais e o equilíbrio de fôrças, no legislativo municipal, dependem do modo por que se acomodam, se agrupam e se coligam as múltiplas legendas nas quais se acolhem os que disputam o poder político. De uma formação política cujo principal mecanismo de integração era a acomodação com a família dominante, passou-se a uma condição de ampla diluição do poder político. Com a garantia do voto secreto e com a participação cada vez mais efetiva da camada menos favorecida e do elemento feminino, nos pleitos eleitorais, espe-

cialmente na área urbana, os problemas de interesse geral e as preocupações de ordem ideológica se vão tornando forças motivadoras de crescente poder tanto sobre o eleitorado como sobre os candidatos aos cargos eletivos, embora o personalismo e os estímulos tradicionais da “política de clientela” ainda estejam longe de serem substituídos por uma nova ética política.”²⁸

A entrada em alianças eleitorais permitiu, portanto, uma primeira penetração em municípios antes fechados aos partidos populistas e trabalhistas. Além de estabelecer uma base política local, ainda que reduzida, o PTB obteve votos “pingados” em municípios tradicionalmente oligárquicos que serviram para reforçar sua bancada nas Câmaras Estaduais e no Congresso.

AS ALIANÇAS COMO ESTRUTURA

O fato de que a racionalidade eleitoral explique *parcialmente* a propensão a entrar em alianças e coligações não deve levar à conclusão de que as diferentes eleições representam soluções exclusivamente conjuntarais, resolvendo o problema daquele partido, naquele lugar, naquela eleição. As alianças apresentam uma certa estrutura. O partido que se alia numa eleição, em um lugar, tende a voltar a aliar-se, na eleição seguinte, em comparação com o mesmo partido, nas mesmas eleições, em outro estado, no qual não se aliou.

Isto se deve a várias razões, entre as quais quero sublinhar as seguintes:

a) As opiniões políticas de um estado não são voláteis. Elas também apresentam uma certa estrutura.²⁹ É pouco provável que um partido receba 50% dos votos numa eleição e 5% na eleição seguinte. Assim sendo, uma eleição reproduz em certa medida o esquema de opiniões (e de forças eleitorais) das eleições anteriores. Consequentemente, haverá uma certa tendência a repetir as mesmas soluções, sobretudo, as consideradas satisfatórias. Assim, uma aliança que conduziu um esquema à hegemonia num estado, tenderá a repetir-se, o que reduz a margem de aplicabilidade da teoria dos jogos. A um membro da aliança perdedora poderá convir ingressar na aliança vencedora, mas aos membros desta talvez não. Acresce o fato de que as lealdades e ideologias jogam um papel, o que nos leva à demais razões:

b) tomando como ponto de partida a base estadual da política, é necessário sublinhar que os entendimentos interpartidários são feitos por pessoas e, em geral, por pessoas conhecidas. Há, pois, uma base para lealdades interpessoais; a despeito das frequentes descrições da política

como uma arena na qual as lealdades não contam. Estas lealdades facilitam a reprodução das combinações anteriores, assim como as lealdades negativas (*contra* outras pessoas) dificultam a formação de algumas outras combinações, possíveis, mas indesejáveis.

c) há, igualmente, uma base ideológica da política, inclusive da política estadual. Os membros ideológicos do PTB aceitariam com maior facilidade uma aliança, eleitoral e/ou política, com o PSB do que com a UDN ou o PRD. Dependendo do peso das suas opiniões no seio do partido, poderão dificultar uma aliança ideologicamente esdrúxula com a UDN ou o PRP. Isto contribui para explicar o fato de que o PTB se alia com certa frequência com o PSB, mas com menor frequência com a UDN.

O resultado é claro. Os partidos estruturados tendem a aliar-se com maior frequência nos estados onde se aliaram anteriormente do que onde não se aliaram. Ou seja, há, diretórios estaduais inclinados a formar alianças e outros refratários à formação de alianças. Em 1958, o PSD aliou-se em 11 estados nas eleições para a Câmara Federal, concorrendo sózinho em 12. Em 1962, voltou a aliar-se em 9 dos 11 e, dos doze nos quais não se havia aliado, voltou a não aliar-se em 10. Isto nos leva à seguinte distribuição, que combina o comportamento do PSD nas duas eleições:

Comportamento Estável

Aliou-se nas duas eleições	9 estados (Ba.; GB.; Ce.; MT.; Pe.; Pi.; SP.; Se.; RB.)
Não se aliou nas duas eleições	10 estados (Acre; Co.; MG.; Ma.; Pa.; PB.; Pn.; RJ.; RGS.; SC.)

Comportamento Inestável

Aliou-se em 1958, mas não em 1962	2 estados (Am.; Al)
Não se aliou em 1958 e se aliou em 1962	2 estados (ES.; RGN.)

O comportamento estável representa 83% dos casos. Embora seja este um caso relativamente excepcional (PSD, partido estruturado em eleições entre as quais não mudou muito), a cifra é significativa.

UDN também apresenta uma estrutura nas alianças eleitorais: dos 10 estados nos quais ela aliou-se em 1954, em nove ela voltou a aliar-se em 1958; dos 12 estados nos quais ela não entrou em alianças em 1954, em 9 ela se absteve de fazê-lo também em 1958. Os casos incon-

sistentes são portanto, poucos: um caso de aliança em 1954 que não se repetiu em 1958 (GB.) e três casos de “novas” alianças em 1958 (RGN, PB, Pn). Entre 1958 e 1962 observou-se a mesma estabilidade, com 17 casos estáveis e 4 inestáveis.

A propensão a aliar-se ou não pode ser analisada a través de coeficientes de associação se o coeficiente fôr próximo de zero, prevalecerá a teoria que afirma serem as alianças eleitorais soluções puramente conjunturais e, por isto mesmo, impossíveis de explicar através de teorias estruturais; caso contrário, prevalecerá nossa posição.

QUADRO IX

COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO (Q de Yule) ENTRE A ENTRADA OU NÃO EM ALIANÇAS ELEITORAIS PARA OS PRINCIPAIS PARTIDOS. ELEIÇÕES DE 1954, 1958 E 1962

	1954 e 1958	1958 e 1962
PTB	+ .78	+ .43
PSD	+ .47	+ .91
UDN	+ .93	+ .92

Os resultados demonstram uma clara estabilidade, que permaneceu alta no caso da UDN, decresceu no caso do PTB (o período de 58 a 62 foi um período de grande expansão eleitoral) e decresceu no caso do PSD. Esta estabilidade indica que a entrada em alianças e coligações é um fato repetitivo na vida política de certos diretórios estaduais, da mesma forma que não entrar em alianças é um fato repetitivo na vida política de outros diretórios estaduais. Há, portanto, diretórios “propensos” e diretórios “não propensos” a entrar em alianças e coligações.

As considerações baseadas na estabilidade da distribuição da força eleitoral pelos partidos parecem pesar mais no processo decisório do que a ideologia ou a rêde de lealdades interpessoais entre membros de diferentes partidos. Isto porque os partidos tendem a entrar em alianças nos estados em que o fizeram anteriormente, mas as alianças se repetem com menor frequência. A entrada em aliança por parte de um partido é um fenômeno estável, que se repete, mas os partidos com que êle se alia são bem mais variáveis. As variações são menores no caso dos três grandes partidos, o PSD a UDN e o PTB, mas são grandes no caso dos demais. Os partidos pequenos são especialmente volúveis. Por exemplo; em um estado determinado a aliança entre o PSD e o PTB pode ser estável, perdurando por dois, três e até quatro períodos eleitorais. Porém, em uma eleição o PRP poderá participar da aliança, abandonando-a nas eleições seguintes, o PDC poderá participar desta aliança em duas ocasiões, mas não

nas demais, etc. Os partidos pequenos colocam seus votos, por assim dizer, no mercado. É necessário lembrar, entretanto, que com certa frequência um partido pequeno concorre em um estado às eleições em um ano, desaparecendo depois. Algumas vezes êste partido foi criado por uma dissidência de um dos partidos maiores, com fins de negociação eleitoral. Estas dissidências podem, também, estabelecer partidos estáveis. Assim, no Piauí, uma dissidência da UDN estabeleceu o PTB, que permaneceu como partido regular até 1964.

O PAPEL DA IDEOLOGIA

A aplicação da teoria dos jogos às eleições demonstra que a racionalidade eleitoral é um fator que contribui para a explicação da variação na frequência das alianças e coligações eleitorais. Não obstante, esta contribuição está longe de exaurir as possibilidades de explicação e transformar-se em um determinismo absoluto: há ampla variação sem explicação, há desvios. Como explicar êstes desvios?

Uma linha de análise que leva mais adiante a fronteira do explicado, parte das relações entre a ideologia, as bases sociais dos partidos, e as alianças eleitorais. As eleições, além de serem um *jogo* político-eleitoral, são também uma pugna político-ideológica. A vitória eleitoral é menos importante em si do que como instrumento para a proteção e satisfação de interesses. Estes interesses, em grande parte, são sócioeconômicamente definidos. Embora possa haver tal coisa como o fascínio do poder pelo poder, a importância social e ideológica de poder deriva de sua definição funcional, o poder *para* fazer, ou *para* impedir que se faça. Neste sentido, a ideologia deve ser incorporada pela teoria dos jogos, já que seu sacrifício com fins eleitorais pode, em determinados casos, destruir o objetivo fundamental das eleições: a satisfação e proteção dos interesses econômicos.

Entendamos o raciocínio: a aplicação da teoria dos jogos ao processo eleitoral, divorciada do conteúdo ideológico dos partidos e da estrutura dos interesses, pode levar a paradoxos. Podemos imaginar um partido trabalhista que, para vencer as eleições, se coaliga com um grupo conservador que é majoritário na coligação, comprometendo-se assim, a abandonar a defesa dos interesses da classe trabalhadora. O eleitoralismo puro e simples seria exatamente isto. Mas o processo político não se reduz ao processo eleitoral; não começa nele e não termina com as eleições. As eleições concedem o poder; *como* êste poder será utilizado depende dos interesses do seu detentor.

A ideologia introduz uma perspectiva *temporal* na racionalidade política, que inclui a própria racionalidade eleitoral. É uma racionalidade

de meios *a partir* de fins. Os fins são ideologicamente definidos. Argumenta-se, por exemplo, que a racionalidade eleitoral coopta os membros da classe trabalhadora, fazendo-os aceitar subrepticiamente as regras do jôgo da democracia liberal e da economia liberal. Este raciocínio é problemático porque, partindo de juízos de valor (a economia liberal é má), faz determinados juízos de realidade para chegar à conclusão de que a democracia liberal prejudica os interesses da classe trabalhadora. Não obstante, permanece válida a pergunta: a participação no jôgo eleitoral coopta mesmo a classes trabalhadora? E, se isto fôr verdade, esta cooptação conduz, também, à aceitação de um sistema econômico montado sôbre o capitalismo liberal? Estes são pontos fundametais para o argumento, que tem sido objeto de muita especulação, mas sôbre o qual não há conhecimento seguro. O mesmo tipo de raciocínio tem sido aplicado à luta econômica, pois tem sido argumentado que os benefícios econômicos cooptam o trabalhador à economia liberal, fazendo-o aceitar o sistema, lutando dentro dêle, mas não contra êle. Resta saber se o que se afirma é verdadeiro.

O problema, não obstante, não termina aí. A alternativa também pode ser discutida. A adoção da luta política como alternativa requer que a vitória bélica seja inevitável. Mas, será? Se não fôr, a participação na democracia liberal e nos frutos econômicos da economia liberal poderá ser a menos pior das alternativas, a outra sendo a miséria e a derrota bélica.

As posições diante destas incógnitas dependem, fundamentalmente, da ideologia. A aceitação de uma ideologia, e não de outra, não é independente da personalidade do indivíduo. A intolerância por situações ambíguas e por posições conciliatórias, por exemplo, encontra-se associada com ideologias políticas extremistas.³⁰

Para o ideólogo radical, as alianças puramente eleitorais e sem conteúdo ideológico são repugnantes. Esta repugnância tem levado os partidos radicais, principalmente os de esquerda, à rejeição de alianças ideologicamente esdrúxulas. Nos casos em que o sistema eleitoral premia a entrada em alianças, os partidos extremistas são prejudicados. Tal é, por exemplo, o resultado nos sistemas de eleições em dois turnos, sendo o segundo majoritário.

O segundo turno, via de regra, provoca alianças; os comunistas, entretanto, raras vêzes entram em alianças. Como seus votos são insuficientes para obter a maioria, terminam não obtendo uma fração do poder que corresponda à sua força eleitoral. Entre 1924 e 1939, o número de representantes comunistas foi muito menor do que a votação obtida pelo partido no primeiro turno levava a crer.³¹ O mesmo se observa no interior da Câmara: a resistência dos comunistas em aceitar alianças e coligações

— os transforma numa fôrça isolada, sem condição de hegemonia. No dizer de Duverger:

“Em todos os regimes nos quais existem alianças, a dimensão dos partidos depende delas, material e politicamente; materialmente, as coligações eleitorais desempenham um papel essencial no número de deputados obtidos pelos partidos; politicamente, as alianças parlamentares e governamentais aumentam ou diminuem a fôrça numérica dos partidos. *Com 163 deputados na Assembléia Nacional francesa de 1946-51, o Partido Comunista tinha menos influência do que o Partido Radical com 45: porque o primeiro estava isolado, enquanto que o segundo utilizava sua posição central para entrar em combinações e acôrdos.* A dimensão real do Partido Comunista era menor do que a sua dimensão aparente; a dimensão real do Partido Radical, era maior.”

A análise das relações entre ideologia e propensão às alianças eleitorais deve ser feita em conjunção com a composição de classe dos eleitores do partido em questão.

Um partido com uma base de classe diversificada e ampla pode entrar em alianças com maior facilidade do que um partido com uma base de classe limitada. A ideologia dos partidos com extensa base social é, necessariamente, mais ampla e fluída, colocando pouca ênfase na classe como dimensão político-ideológica. São partidos que adotam outras linhas de clivagem e outros símbolos políticos. A moralidade pública, a eficiência dos serviços públicos, o crime, a inflação, etc., são temas que, sem que estejam totalmente desvinculados dos interêsses diferenciais das classes sociais, não invocam diretamente o conflito entre as classes sociais, podendo ser usados como pontos da campanha política sem perigo de antagonizar frontalmente os eleitores de uma classe. A nação, o desenvolvimento econômico do país, a unidade nacional, etc., são símbolos prediletos dos partidos com ampla base social.

No cenário político brasileiro de 1945 a 1964, o PCB tinha uma base classista muito mais definida do que o PTB, que, por sua vez, tinha um apelo classista mais claro do que a UDN e o PSD. Entretanto, as duas eleições às quais o PCB concorreu, em 1945 e 1947, não foram caracterizadas pela presença de alianças eleitorais. Nas eleições de 1947, quatro alianças elegeram candidatos: a UDN participou de 3, e o PSD, o PSP, o PDC, o PL, o PR, e o POT, de uma.

O PTB, fortemente influenciado por seus membros cosmopolitas, apresentou no nível nacional, um comportamento com algumas características de um partido ideológico, colocando certos objetivos a longo prazo, relacionados com a reforma das estruturas sócioeconômicas, numa posição

prioritária em relação aos objetivos eleitorais imediatos. Consequentemente, aliou-se menos do que o PSD e a UDN, partidos com maior experiência política nos quais os representantes rurais e das pequenas cidades tinham maior influência. Estes elementos estavam imbuídos por uma cultura política imediatista, pré-ideológica. Consequentemente, o PTB aliou-se menos do que a UDN e o PSD. Em 1950, entretanto, o PSD apresentou pequena taxa de participação em alianças (24%), explicável, em boa parte, pelo fato de que nas eleições federais anteriores o PSD havia obtido maioria absoluta em vários estados, não tendo, portanto, necessidade de recorrer a alianças e coligações. A UDN coligou-se em 44% dos estados, consideravelmente mais do que o PTB (29%). O PSP, caracteristicamente um partido sem ideologia, ainda que buscando o voto das classes trabalhadoras, coligou-se em 48% dos estados.

Os resultados das eleições de 1950, nas quais o PSD perdeu a hegemonia eleitoral em vários estados, forçou uma redefinição da estratégia eleitoral do partido, que passou a liar-se em muitos estados — na metade dos estados brasileiros. A UDN manteve-se, aproximadamente, no mesmo nível anterior, com 46% ao passo que o PTB entrou em alianças em 38% dos estados nos quais competiu para a Câmara Federal, nível comparável ao do PSP. Em 1958, o PSD e a UDN continuaram a apresentar alta propensão a formar alianças, 46% no caso do PSD e 54% no caso da UDN; o PSP volta a apresentar sua vocação coligacionista, aliando-se em dois de cada três estados em que competiu (65%), ao passo que o PTB continuou apresentando níveis mais baixos: 30%. Em 1962, o PSP já não pode prescindir das alianças e coligações: partido sem ideologia definida, após a perda de boa parte de seus efetivos, passa a necessitar delas para sobreviver como partido. O PSP concorreu às eleições em 13 estados, coligando-se em 10. A UDN, por sua vez, continua aumentando a participação relativa das alianças: 62%, taxa superior à do PSD (50%) e à do PTB (45%).

Claramente, a UDN e o PSP configuraram-se como partidos predispostos a coligar-se, situação essa que se tornou inequívoca a partir de 1958. O PTB confirmou sua definição de partido com algum conteúdo ideológico, coligando-se, via de regra, menos que os demais. O PSD, ao perder, em 1950, a condição majoritária em vários estados, passou a aliar-se na metade dos estados brasileiros, nível superior ao do PTB, mas inferior ao da UDN.

O IMPACTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

As bases sociais dos partidos políticos são mais específicas e mais classistas em zonas urbanas e desenvolvidas. Nas zonas urbanas se opera a trans-

mutação de valores particularistas em valores universalistas. A facilidade de meios de comunicação, o desmoronamento do tradicionalismo e a existência de bases sociais e de condições sócioeconômicas propícias implicam em que nestas zonas as ideologias reformistas, tanto moderadas quanto extremistas, têm maior penetração.³² Daí ser lícito pressupôr que, em zonas urbanas e desenvolvidas, as alianças e coligações (ou, mais especificamente, as de cunho puramente eleitoral) são menos significativas.

QUADRO X

PERCENTAGEM DOS PARTIDOS POR NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO, QUE ENTRARAM EM ALIANÇAS ELEITORAIS. ELEIÇÕES PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1950 A 1962

	1950	1954	1958	1962
Brasil Desenvolvido**	14% (50)*	15% (46)	39% (46)	56% (41)
Brasil Subdesenvolvido	50% (114)	60% (97)	65% (102)	67% (98)
Coefficiente Q	— .72	— .78	— .48	— .23

* Totais sôbre os quais as percentagens foram computadas.

** Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os subdesenvolvidos incluem todos os demais estados e territórios.

Comparando a percentagem de partidos que entraram em alianças, sôbre o total de partidos que concorreram às eleições nos estados desenvolvidos com a referente aos estados subdesenvolvidos, observa-se que as diferenças foram sistemáticas em tôdas as eleições do período. Em 1950, metade dos partidos concorreram à Câmara Federal nos estados subdesenvolvidos em alianças com outros, enquanto um em cada sete fazia o mesmo nos estados desenvolvidos. Em 1954, 60% dos partidos disputaram as eleições em alianças nos estados subdesenvolvidos, em flagrante contraste com apenas 15% nos estados desenvolvidos. Em 1958, houve um grande crescimento das alianças no grupo desenvolvido, mas as diferenças ainda foram grandes: 65% contra 39%. Em 1962, observa-se novo crescimento das alianças, reduzindo-se a diferença entre as duas áreas a onze pontos percentuais (67% contra 56%).

Estes resultados permitem concluir que a propensão à formação de alianças e coligações foi muito maior nos estados subdesenvolvidos do que nos desenvolvidos, e que a diferença entre as duas regiões sócioeconômicas diminui de 1954 a 1962. A magnitude dos coeficientes de correlação (Q de Yule) deixa pouca margem a dúvidas sôbre a existência de uma associação negativa entre desenvolvimento e propensão a formar alianças eleitorais.

RESUMO E CONCLUSÕES

Demonstrou-se neste artigo que uma quantidade considerável de dados apóia a aplicação da teoria dos jogos ao estudo das alianças e coligações eleitorais. Foi ressaltado o impacto de situações extremamente competitivas, em que aliar-se é condição sine qua um partido não tem possibilidade de representação. Este postulado, básico para a compreensão da teoria dos jogos, deu origem a uma série de hipóteses, tôdas elas confirmadas, a saber:

- a) os partidos menores coaligam-se mais do que os maiores.
- b) em situação hegemônica, um partido não necessita aliar-se.
- c) as alianças são eleitoralmente mais significativas no nível federal do que no estadual, e
- d) as alianças são eleitoralmente mais significativas nas eleições majoritárias do que nas proporcionais.

Não obstante, do ponto de vista da Sociologia Política, talvez sejam mais importantes as observações relativas às influências das ideologias, das bases sociais dos partidos políticos, e dos condicionamentos sócioeconômicos. Embora os dados existentes não sejam tão concludentes e significativos como no caso da teoria dos jogos, as tendências observadas possibilitam algumas conclusões.

Nota-se, em primeiro lugar, que o entrar ou não entrar em alianças ou coligações, não é alguma coisa independente da composição de classe dos eleitores do partido, nem da ideologia do mesmo. Os partidos com bases amplas sofrem menos entraves, sendo mais livres para coligar-se. Um partido cuja propaganda seja feita em termos dos interesses de uma classe, encontra maior dificuldade em justificar diante do seu eleitorado uma aliança com um partido que representa os interesses de classes antagônicas.

Em segundo lugar, o que à primeira vista aparece como caos — partidos que se coaligam em uns estados, em umas eleições, mas não em outras, etc., adquire certa ordem quando analisamos o fenômeno a partir do desenvolvimento das forças produtivas e do conceito de cultura política. Os partidos nas áreas mais desenvolvidas apresentam um comportamento diferente, mais fiéis à composição de classe do eleitorado e mais preocupados com uma plataforma ideológica, tendendo a aliar-se e a coligar-se menos do que nas áreas menos desenvolvidas.

Para muitos analistas leigos, a formação de alianças eleitorais parece depender de jogadas dos políticos, parece ser produto de decisões individuais, aparentemente imprevisíveis. Não obstante, o comportamento dos indivíduos não é imprevisível. Ele está inserido em um contexto social,

em uma estrutura sócioeconômica, sendo sobredeterminado por ela. Como tal, está sujeito a regularidades. Conseqüentemente, as alianças eleitorais, produto de decisões humanas, apresentam também regularidades, sendo estruturalmente explicáveis, como pretendi demonstrar neste artigo.

¹ Embora haja distinções entre alianças e coligações, os dois têrmos serão usados indistintamente neste trabalho. As alianças encontravam-se previstas no art. 140 do Código Eleitoral (Lei não 1.164, de 24 de julho de 1950).

² Se elei es subsequentes revelariam ou não um incremento da significação eleitoral das alianças e coliga es,   uma pergunta sôbre a qual só podemos especular. Não obstante, a tendência observada foi na direção do crescimento, e os supostos teóricos da crescente racionalidade eleitoral também sugerem êste crescimento.

³   interessante sublinhar que tanto os conservadores como os esquerdistas concordavam com esta afirmação.

⁴   interessante notar que, mesmo no nível de trabalhos com ambi es científicas, as análises da política brasileira frequentemente baseavam-se nas idéias de desordem, imprevisibilidade, indeterminação, personalismo, etc.

⁵ Fragmentário no sentido de que diversas forma es sociais e diversos modos de produção coexistem e interagem no país, sem que qualquer classe de um dos modos de produção possa assumir, de maneira clara, a liderança da luta política, seja por via eleitoral ou não. Não se observou, tão pouco, uma polarização das classes características do modo de produção dominado, ao redor das classes características do modo de produção dominante, com a conseqüente simplificação da luta política de classes. Em verdade, houve um fen meno op sto, o da classe dominante rural e agrícola conseguir manter um poder político muito maior do que o que seria de esperar a partir do seu poder econômico ou do status secundário do modo de produção em que estava inserida. Neste sentido, cremos acertada a observação particular de Graciarena e inaplicável a formulação genérica de Poulantzas. Ver, a propósito, Jorge Graciarena, *Poder y Clases Sociales en el Desarrollo de América Latina* (Buenos Aires: Paidós, 1967), especialmente págs. 45-70, e Poulantzas, *Pouvoir Politique et Classes Sociales* (Paris: Masp ro, 1968), esp. págs. 57-103. As considera es de Weffort e Ianni também são relevantes para a compreensão dêste ponto. Ver Octavio Ianni, *O Colapso do Populismo no Brasil* (R o de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968) e Francisco Weffort, "Clases Populares y Desarrollo Social", em *Revista Paraguaya de Sociología*, 13 (dezembro de 1968), págs. 62-150. Êste trabalho encontra-se ampliado em um manuscrito sumamente interessante, "Classes Populares e Desenvolvimento Social", que, infelizmente, não foi publicado.

⁶ Evidentemente, não considero que Getúlio Vargas tenha sido um candidato exclusivamente petebista em 1954, uma vez que o candidato oficial do PSP, Cristiano Machado, foi abandonado por vários directórios estaduais e municipais do próprio partido.

⁷ O raciocínio   óbvio: o crescimento numérico e a crescente participação eleitoral das classes trabalhadoras e do setor quaternário provocou o crescimento acelerado do total de votantes, reduzindo a importância *relativa* do crescimento numérico *absoluto* das classes m dias.

⁸ Não tratamos aqui do *grau* de elitismo destas decisões: evidentemente, elas são mais restritas em umas elei es do que em outras. Não obstante, o importante   que, em têrmos numéricos, são relativamente poucos os que decidem, ainda em decisões consideradas como relativamente abertas. Esta c pula, evidentemente,   que deve ser racional para que se possa aplicar a teoria dos jogos.

⁹ Isto não implica em que as bases não disponham de meios para punir a c pula por decisões que contrariem seus interêsses. Quando há alternativas eleitorais, nas elei es seguintes os que se sentem prejudicados transferem seus votos para outros candidatos e partidos.

¹⁰ Um problema, frequentemente colocado em pauta pelos grupos radicais de

esquerda, é se o princípio da racionalidade eleitoral viola ou não o princípio da racionalidade revolucionária. Sem negar a importância do problema, sua análise foge aos propósitos deste livro.

¹¹ No caso de eleições majoritárias a formulação é clara e dispensa exemplos; no caso de eleições proporcionais, complicase um pouco o panorama: supondo que o partido aspire o controle da Câmara em questão, se considerar que seus votos garantirão a *maioria* nesta Câmara, não entrará em alianças e coligações. Poderá, igualmente, não entrar em alianças e coligações eleitorais mesmo se não considerar que obterá maioria nas eleições, mas se considerar que o controle poderá ser facilmente obtido através de acordos políticos *posteriores* às eleições.

¹² É útil sublinhar que, quando o controle de um órgão legislativo é impossível, persistem aspirações menores no que tange o grau de influência nas decisões deste órgão. A representação é indispensável, qualquer que seja o grau de influência, trazendo consigo uma série de benefícios, como o direito de apresentar projeto, uma tribuna com cobertura dos meios de comunicação de massa, etc. Estes benefícios não “dobram”, quando passamos de um para dois representantes, sendo proporcionalmente menores do que quando passamos de zero a um.

¹³ A representação se garante pelo quociente *partidário*, em conformidade com os artigos 57 do Código Eleitoral:

art. 57 — “Determina-se, para cada partido, quociente partidário dividindo-se pelo quociente eleitoral o número de votos válidos dados em cédulas sob a mesma legenda, desprezada a fração.”

¹⁴ No caso, Alceu Martins Mariz, do PL, o mais votado entre todos os candidatos apresentados pelos dois partidos.

¹⁵ Os partidos que não elegeram nenhum deputado estavam aliçados da distribuição pelo art. 59, § 2º:

“só poderão concorrer à distribuição os partidos que tiverem obtido quociente eleitoral.”

¹⁶ A regulamentação da distribuição é dada pelo art. 59 do Código Eleitoral: art. 59 — “Os lugares não preenchidos com a aplicação dos quocientes partidários serão distribuídos mediante a observância das seguintes regras:

1 — dividir-se-á o número de votos válidos atribuídos a cada partido pelo número de lugares por ele obtidos, mais um, cabendo ao partido que apresentar a maior média um dos lugares a preencher.

2 — repetir-se-á a operação para a distribuição de cada um dos outros lugares.”

¹⁷ Isto pela razão de que, dentro de dada legenda, os candidatos eleitos são os mais votados individualmente, como determina o § 1º do art. 59 do Código Eleitoral:

§ 1* — O preenchimento dos lugares com que cada partido fôr contemplado, far-se-á segundo a ordem de votação nominal de seus candidatos.”

¹⁸ O desconhecimento e as estimativas erradas, evidentemente, violam um dos princípios básicos da teoria dos jogos. Consequentemente, o parceiro agirá em conformidade com a teoria dos jogos *a partir do seu conhecimento e estimativas erradas*.

¹⁹ A única exceção, nas oito comparações, refere-se às eleições de 1962 para a Câmara Federal, onde houve uma diferença negligível contrária à nossa hipótese: as alianças e coligações receberam 48% dos votos válidos e elegeram 47% dos deputados.

²⁰ Inclusive três deputados, referentes aos territórios, nos quais não há eleições para senadores, o que prejudica a comparabilidade entre os dois níveis. Não obstante, a alteração é mínima, já que estes três deputados representam menos de um por cento sobre o total do Congresso.

²¹ Não há informações publicadas comparáveis para as outras eleições.

²² O critério de classificação foi alterado porque o PSP é um caso fronteiro. Entre 50 e 58, este partido poderia ser considerado como grande. Em 1962, entretanto, aumentou muito a diferença entre o número de deputados eleitos pelo PSP e os eleitos pelo PSP, pelo PTB e pela UDN. O PSP perdeu substância, colocando-se no mesmo nível que o PDC. Ao incluir o PSP como grande, em uma análise, e como pequeno, em outra, pretendo demonstrar que as diferenças encontradas não são atribuíveis ao “corte” entre grandes e pequenos.

²³ O indicador de participação em alianças e coligações foi alterado para verificar se a mudança no indicador seria responsável pelas relações encontradas. Neste quadro, um partido que concorreu às eleições aliado com outro(s) em um estado conta um ponto para as alianças. O total é dado pela somatória dos estados nos quais cada partido apresentou candidatos. Assim, se o PTB apresentou candidatos em 21 estados, o total (21) é adicionado ao total de estados nos quais a UDN apresentou candidatos, e assim por diante. Se um partido apresentou candidatos em quatro estados, este partido conta como 4.

²⁴ Dados recalculados de Waldemar Ladosky, "Evolução das Instituições Políticas em Minas Gerais", em *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 14 (julho de 1962), Quadro III, pág. 95.

²⁵ Ladosky, *op. cit.*, pág. 103.

²⁶ Ladosky, *op. cit.*, pág. 95.

²⁷ *Idem*, pág. 107/8.

²⁸ Oracy Nogueira, "Os movimentos e partidos políticos em Itapetinga", em *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 11 (junho de 1961), pág. 245.

²⁹ A votação que um partido recebe em um determinado lugar está alicerçada sobre uma estrutura sócioeconômica determinada e, em particular, sobre uma estrutura de classes. Isto é válido tanto para zonas urbanas e ideológicas quanto para zonas rurais e tradicionais. Nas primeiras, a votação dos diferentes partidos tem estreita correlação com a estrutura de classes e depende dela; nas segundas, é o tipo de política dominante, a oligárquica, que depende das relações de produção, e não a votação que cada partido recebe no interior da política oligárquica. A estrutura de classes não se altera fundamentalmente a curto prazo em períodos contínuos, e a estrutura de poder e dominação familiar que é a base da política oligárquica tão pouco se altera de maneira essencial em um período inter-eleitoral. Consequentemente, o esquema de forças dos partidos políticos tendem a apresentar uma certa estabilidade. É a estabilidade da distribuição destas forças eleitorais que garante uma estabilidade paralela na propensão a formar alianças eleitorais.

³⁰ Ver, por exemplo, Milton Rokeach, *The Open and Closed Mind* (New York: Basic Books, 1960); Hans Jurgens Eysenck, *The Psychology of Politics* (London: Routledge & Kegan Paul, 1954) e "The Psychology of Politics and the Personality Similarities Between Facists and Communists", em *Psychological Bulletin*, 53 (1956), págs. 431-438, e T. W. Adorno, Else Frenkel-Brunswick, D. J. Levinson, e R. N. Sanford, *The Authoritarian Personality* (New York: Harper, 1950).

³¹ Ver Maurice Duverger, *Los Partidos Políticos* (México: Fondo de Cultura, pág. 306. Segundo Duverger, *op. cit.*, págs. 399 e seguintes, o sistema de dois turnos beneficia o centro.

³² Sobre as relações entre urbanização e radicalismo político, cf. Gláucio Ary Dillon Soares, "Desenvolvimento Econômico e Radicalismo Político: Notas para uma Teoria", em *Boletim do Centro Latinoamericano de Pesquisas em Ciências Sociais* (maio de 1961), págs. 117-167; "Desenvolvimento Econômico e Radicalismo Político: o Teste de uma Hipótese - Chile", em *Boletim do Centro Latinoamericano de Pesquisas em Ciências Sociais* (maio de 1962), págs. 65-83, e Desarrollo Econômico y Radicalismo Político", em Joseph A. Kahl (ed.), *La Industrialización en América Latina* (México, D. F.: Fondo de Cultura, 1966), págs. 516-559.